

Escola Superior de Guerra

— Laboratório de Idéias *

Gen Ex
ANTONIO JORGE CORRÊA

Mais uma vez meu prezado amigo e vosso comandante, General-de-Exército Walter de Menezes Paes, honrou-me e distinguiu-me com o desvanecedor convite para estar nesta tribuna.

É com a maior satisfação que volto a ocupá-la, na qualidade de ministro chefe do EMFA, para pronunciar, pela segunda vez, a aula de abertura do ano letivo deste instituto de altos estudos, a que tantos laços profissionais e afetivos me prendem.

Em se tratando de uma nova turma de estagiários, não poderia fugir, como ministro chefe do EMFA, a duas ordens de idéias: a primeira, refere-se à criação e evolução da ESG e sua influência no pensamento das elites brasileiras; a segunda, diz respeito ao inter-relacionamento EMFA-ESG e ao que esta chefia deseja e espera deste instituto de altos estudos e de seu corpo de estagiários.

Na minha posição e esfera de atribuições, por mais que o desejasse, não poderia fugir desses dois temas. Pois se o fizesse deixaria de ser objetivo e de bem levar-nos a compreender a grande responsabilidade que pesa sobre vossos ombros, senhores estagiários, a partir deste momento.

* Aula inaugural proferida pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra, ao se abrir o ano letivo de 1978.

Outros temas poderiam ser abordados, mas que por serem de pura competência desta Casa e de seu comandante, não parece oportuno tratá-los. Por essas razões, conservei para esta aula magna o mesmo título da que proferi, na abertura dos cursos de 1975 e me permito repetir certos conceitos então expendidos, pois seriam tão oportunos para este seleta corpo de estagiários, como o foram para os que aqui estavam naquela ocasião.

Assim considerando, julgo não ser impertinente a repetição uma vez que nenhuma outra parte do currículo caberão as idéias que desenvolverei e que, sem dúvida, são inéditas para a grande maioria do auditório.

Espero que o nosso tema-mensagem — “influência da ESG no pensamento político e estratégico das elites brasileiras” — destaque a vossa responsabilidade para com o Brasil, senhores estagiários, como elite esclarecida e patriótica e como membros e futuros diplomados deste instituto de altos estudos políticos e estratégicos ligados à segurança nacional.

○ ensino superior de política e estratégia neste século

A Segunda Guerra Mundial foi rica em ensinamentos em todos os campos, particularmente, no militar e no político. Os estadistas das nações democráticas aliadas tiveram que improvisar, no calor da contenda, uma política de guerra integrada, envolvendo todas as atividades de seus respectivos países.

Até Moltke, o preparo de uma nação para a guerra, se resumia no aprestamento das forças militares, necessárias ao pleno desenvolvimento das operações e a passagem da situação de paz a de guerra consistia apenas na execução da mobilização militar.

Não havia ainda a idéia do preparo nacional para a guerra e conseqüentemente de mobilização geral de todas as

forças materiais e morais do País. É o que o desenvolvimento da revolução industrial imporia no decorrer do meio século subsequente. Era o surgimento da guerra total, surgimento que se reconheceu e verificou na luta de 1914-1918. Começou-se, então, a prestar mais atenção a Clausewitz, o genial pensador militar do tempo de Napoleão. Tornaram-se meridianas suas afirmações de que “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” e de que “a guerra não pertence ao domínio das artes nem das ciências, mas ao da existência social”.

A impressão deixada pela Primeira Grande Guerra, terminada em 1919, de que a guerra era um fenômeno político total e não um fato meramente militar, veio confirmar-se em sua plenitude durante o conflito de 1939-1945. Compreenderam os estadistas mais responsáveis pelo destino das grandes potências que havia algo mais do que a defesa nacional que deveria ser preparado desde os tempos de paz.

Cabe aos ingleses a primazia de terem criado o primeiro estabelecimento de estudos estratégicos de alto nível, com a participação conjunta de militares e funcionários do estado de elevada categoria, o Imperial Defence College, em 1927.

Na França, só em 1936, graças à pregação incansável do grande pensador e estrategista almirante Castex, que estudava obsessivamente o problema que chamava de “unidade de guerra”, foi criado o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, dentro dos moldes defendidos por ele, onde altos funcionários do Estado, militares da mais alta hierarquia analisassem, juntos, a coordenação de todas as atividades que interessassem à defesa nacional.

Os Estados Unidos somente em 1946 instituíram o seu National War College, com objetivos semelhantes ao instituto francês, de globalizar e dar maior extensão aos assuntos de defesa nacional.

A União Soviética, para o mesmo nível de estudos, possuía a Academia Vorochilov, sobre a qual escasseiam informações entre nós.

O Brasil, tendo participado da Segunda Guerra Mundial no teatro da Itália, com a Força Expedicionária do Exército e um grupo de caça da FAB e pela permanente atividade de vigilância e defesa do Atlântico Sul pela nossa Marinha de Guerra, não poderia ficar ausente das altas preocupações políticas e estratégicas que envolveram as cúpulas dirigentes dos países nossos aliados.

As idéias que inspiraram a criação da ESG

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular, através de um método científico, a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites de defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levaram o nosso governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica (decreto de outubro de 1948 do governo do Presidente Marechal Eurico Dutra). Tal critério logo evoluiu para o planejamento e a direção da segurança nacional (Lei de 20 de agosto de 1949)".

Em vez da escola puramente militar, destinada apenas ao estudo das questões referentes ao emprego das grandes unidades estratégicas e à direção da guerra, como queria o decreto de 1948, surgia, em 1949, este Instituto de Altos Estudos, funcionando, ao mesmo tempo, como centro permanente de pesquisas, destinado a preparar, para o exercício de funções de direção e de planejamento da segurança nacional, oficiais das Forças Armadas e civis que se houvessem destacado em seus campos.

Prevalecia na missão da ESG, constante da lei de sua criação, a idéia expandida por Pandiá Calógeras na sua conferência pronunciada em São Paulo, em 1927, quando disse:

"Uma única política é possível e aconselhável a bem do País: compreensão mútua entre civis e militares; cordia-

lidade na colaboração; ingerência esclarecida, altruísta e competente em grau crescente, por parte dos homens públicos estranhos à farda."

Esta compreensão mútua, que está cordialmente na colação tão desejada por Calógeras, buscava se efetivar 29 anos depois, na criação da ESG, com "a finalidade de preparar civis de notável competência e atuação relevante e oficiais das Forças Armadas de comprovada experiência e aptidão, para o exercício das funções de direção e planejamento da segurança nacional" (Regulamento da ESG de 1949).

Entre as idéias que inspiraram os integrantes do primeiro grupo encarregado de apresentar o projeto de regulamento para a recém-nascida ESG, destacam-se as seguintes :

- surgimento do conceito mais abrangente de segurança em substituição ao de defesa;
- consciência de que o Brasil possuía já os requisitos para chegar a grande potência;
- crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e de execução;
- necessidade de elaboração de um método de formulação da política nacional.

Estes pontos, entre outros, vistos na perspectiva dos 27 anos que nos separam da época em que foram formulados pela comissão chefiada pelo General Cordeiro de Farias, logo depois nomeado primeiro comandante da ESG, revelam-nos a admirável clarividência e o acerto do grupo pioneiro que implantou este notável instituto de altos estudos.

Construção da ESG no preparo da assessoria dos altos escalões de planejamento governamental. contribuição ao pensamento das elites em geral

Ao longo de sua evolução, neste último quarto de século, sem se distanciar das idéias inspiradoras do grupo pioneiro, tão nítidas, tão claras, tão objetivas, que resistiram às dis-

cussões, debates e confrontos que representaram a sua atividade incessante, a ESG aperfeiçoou um método de formulação de política nacional. Este método, adotado pelo governo da Revolução a partir de 1964, se fundamenta na aceitação do princípio de que "*segurança e desenvolvimento* são fatores de mútua causalidade" (conceito do Presidente Castello Branco).

Criou-se, nesta casa de estudos e de pesquisas, a *doutrina de segurança nacional* brasileira que o eminente general Augusto Fragoso, comandante da ESG durante quatro proveitosos anos, sintetizou no trinômio *objetivos nacionais, poder nacional e estratégia nacional*, expressões máximas da mecânica de formulação da política e da ação estratégica do Estado.

Alcançou-se uma *metodologia de formulação da política nacional*, pela qual foi possível chegar-se ao conceito estratégico nacional, documento básico de desencadeamento ordenado de todas as ações políticas e estratégicas nos quatro campos do poder.

Conscientes desses princípios fundamentais, versando na metodologia, exercitados no sistema de planejamento da segurança nacional para os mais altos níveis governamentais e Estados-Maiores combinados, os egressos da ESG transformaram-se nos assessores indispensáveis aos órgãos da mais elevada assessoria do governo. Encontramo-los, oriundos dos diversos cursos desta escola, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Serviço Nacional de Informações, no Estado-Maior das Forças Armadas, nos Ministérios e em outros órgãos da assessoria direta ou indireta do Exmo. Sr. Presidente da República. Formam, hoje, o cerne da elite nacional, com um efetivo de 1.294 civis e 1.621 militares globalizando-se os diplomados dos cursos Superior de Guerra, de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, de Informações e de Mobilização.

A sabedoria brasileira em fazer bem as coisas importantes inspirou-nos, no momento da organização da ESG, na

forma de encontrarmos uma aproximação ideal entre militares e civis de alta capacidade intelectual e moral para, juntos, pensarem nos altos problemas da segurança nacional; entre os civis não nos cingimos apenas a funcionários, isto é, a pessoas vinculadas ao serviço público. A ESG, com uma política sem similar, chamou para os seus quadros empresários, economistas, médicos, engenheiros, advogados, agrônomos, enfim, especialistas de curso superior e de reconhecido saber de várias origens. Ampliou, também, o campo de seus conhecimentos, prolongando-se por todos os Estados, por meio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Esta já conseguiu levar a sua mensagem a um universo de mais de 25.000 elementos da elite nacional. Proporcionando maior difusão geográfica aos seus ensinamentos, a par de compensar, em parte o desejo de milhares de brasileiros de todos os rincões, ansiosos por cursarem a ESG e que não o alcançam por força do limitado número de vagas anuais disponíveis, ou por impossibilidade pessoal de se deslocarem de seus Estados para o Rio de Janeiro, por período de quase um ano.

A ESG e a Revolução de 1964

Ao implantar-se o regime revolucionário no Brasil, em 31 de março de 1964, a ESG contava já com quase quinze anos de existência. Durante estes três lustros muito estudou, pesquisou e formulou em termos de política de segurança nacional e política de desenvolvimento. Assim os chefes revolucionários de 1964, muitos dentre eles antigos fundadores e membros do corpo permanente deste instituto, encontraram à sua disposição, para aplicar, uma doutrina e um método de formulação de política de segurança, cuja transposição, para o campo mais amplo da política nacional e para o da política de desenvolvimento, não foi difícil.

O primeiro governo revolucionário, tendo à frente a figura invulgar do presidente Castello Branco, antigo chefe do Departamento de Estudos desta Casa, soube aproveitar-se

do magnífico método de formulação da política nacional adotado por este instituto em seus experimentos teóricos doutrinários. Estendeu a todos os setores do governo o método de análise e avaliação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares, assim como difundiu a técnica de planejamento, ambos aqui exercitados.

Os efeitos benéficos da difusão, pelos egressos da ESG, da metodologia e do hábito de planejamento, levados a todos os recantos do País onde ocupam posições de destaque nos governos federal e estadual e nas grandes empresas produziram, sem dúvida, uma admirável unidade de vista e convergência de objetivos, com o que a maior parte de nossa elite aprendeu a analisar e a compreender os problemas magnos da nacionalidade.

Permitiram que o Brasil desse "este salto para grande", entrando decididamente no caminho de potência, já quem nos considere o 9.º país do mundo.

A doutrina de desenvolvimento e segurança e os governos da Revolução

De 31 de março de 1964 ao término do governo Castello Branco, como assinala o general Augusto Fragoso, em minucioso estudo sobre as origens, evolução e a atualidade da doutrina de desenvolvimento e segurança, ganham projeção no âmbito nacional, através de atos oficiais, as idéias que vinham sendo debatidas na ESG, sobre a necessidade inadiável de munir-se o Estado democrático de instrumentos eficientes e vigorosos capazes de defendê-lo da agressão subversiva, tornada hoje universal e permanente, e sobre a compatibilidade do planejamento com a democracia.

Por seu turno, o Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, conhecido como lei da reforma administrativa, ficará, de certo, marcante na nossa história político-administrativa, pelo art. 7.º, que, a um tempo, instituiu o planejamento

sistemático da ação governamental e consagrou o binômio desenvolvimento e segurança como a síntese dessa ação.

Diz o artigo: "A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional".

Importante dispositivo dessa lei, no que tange ao tema desta palestra, é, também, o art. 40 que, explicitando a atribuição constitucional dada ao Conselho de Segurança Nacional, diz que a formulação da política de segurança será feita, "basicamente, mediante o estabelecimento do conceito estratégico nacional", aparecendo esta expressão, de uso corrente na ESG desde 50 ou 51, pela primeira vez em ato oficial.

Por último, em relação ao governo Castello, aluda-se ao Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967, a Lei de Segurança Nacional — a primeira baixada pela Revolução — que se notabilizou por incluir, nas suas disposições preliminares, os chamados "conceitos básicos da segurança nacional, segurança externa, segurança interna, guerra psicológica adversa e guerra revolucionária ou subversiva".

Quatro ou cinco meses depois de iniciado o governo Costa e Silva, publica-se no Rio um documento que vale como raro subsídio para quem tencione aprofundar o tema desta palestra, isto é, para quem queira investigar, em pormenores, a vinculação da doutrina da Revolução à chamada *Doutrina da ESG*. É a entrevista que o general Golbery do Couto e Silva concedeu ao jornalista Maurício Caminha de Lacerda sobre a doutrina e a política nacional.

Com o impedimento de Costa e Silva, oito meses e meio depois, por motivo de enfermidade, os ministros militares assumiram as funções atribuídas ao presidente da República.

No que interessa mais de perto ao tema desta palestra, anote-se, apenas, que a *guerra revolucionária*, como expressão máxima da infiltração subversiva comunista, referida no

ato institucional n.º 14, passou a ser prevista na própria emenda constitucional, promulgada pelos ministros militares, em 17 de outubro de 1969.

Assumindo a chefia da Nação, Médici atuou durante todo o governo, dando prova de fidelidade à doutrina da Revolução e, de modo explícito ou implícito, reconhecendo que os fundamentos desta doutrina haviam sido extraídos dos estudos da ESG. Seria tarefa inadequada, aqui, examinar todos os atos oficiais expedidos nos quase quatro anos e meio de seu mandato (30 de outubro de 69 a 15 de março de 74) e nos numerosos discursos e pronunciamentos que fez. Cite-se, nesta hora, apenas um ou outro marco mais significativo na matéria.

Cinco dias após a posse, Médici expediu decreto-lei regulando as eleições marcadas para o dia 30 de novembro de 69. Nesse decreto, com o respaldo de seu ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid, afirmou que "a política nacional estava fundada no princípio da segurança", afirmativa digna de análise mais detida, pela sua influência no campo doutrinário.

Dirigindo-se, depois, aos estagiários, Médici reconheceu expressamente a influência da ESG, na ação governamental. Motivado pela presença do marechal Dutra, fundador da ESG, que, à testa dos convidados especiais, assistia também à aula de abertura, Médici fez um retrospecto do que se passou no Brasil de 45 a 70, entre dois tempos, como disse, referindo-se a Dutra: "os tempos do seu e do meu governo, e, entre eles, os vinte anos de vida da escola e o quarto de século do Brasil, depois da guerra".

"Forçoso é reconhecer" — repetiu Médici — "o papel dos vinte anos da ESG no amadurecimento de uma consciência dos novos tempos, que não se perdesse na apreciação exclusiva de determinado aspecto da problemática nacional, mas que tivesse maior amplitude na integração dos quatro campos do poder".

Ao governo Médici deveu-se, também, a instituição do Sistema de Planejamento Federal, compreendendo um órgão central (a Secretaria-Geral do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), órgãos setoriais (nos Ministérios Cíveis e Militares), e órgãos seccionais (nas entidades da Administração Federal indireta).

Na introdução de sua última mensagem ao Congresso (1.º de março de 74), Médici fez uma síntese do período governamental, de cerca de quatro anos e cinco meses que lhe coube, mostrando que o lema Desenvolvimento e Segurança, estabelecido desde o primeiro momento, pela Revolução de Março, orientou sempre, também, o seu governo.

Com o governo Geisel reafirmaram-se, repetida e claramente, vínculos da Revolução os estudos doutrinários empreendidos pela ESG, seis afirmativas do Presidente Geisel, dentre outras, revelam essa circunstância:

- 1.^a) O binômio *desenvolvimento e segurança* constitui “a essência doutrinária da Revolução”;
- 2.^a) A *segurança nacional* não é apenas militar;
- 3.^a) O *desenvolvimento* deve sempre ser considerado no seu “caráter essencialmente integrado”: econômico, social, político e militar;
- 4.^a) Normalmente, o *desenvolvimento* tem “indiscutível dominância” sobre a *segurança*, só cabendo a esta posição preponderante, transitoriamente, em situação de crise;
- 5.^a) Qualquer “veleidade subversiva” terá “exemplar e pronta contenção”;
- 6.^a) O planejamento metódico da ação governamental, ora representado pelo PND e que é um dos índices da racionalidade implantada na nossa vida pública pela Revolução de 64, deve persistir.

E em sua primeira reunião ministerial, voltando ao binômio, explicitava o presidente que “a ação estratégica da

Revolução modernizadora de 64, tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover para a nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”.

Em relação ao planejamento, o presidente Geisel está pondo em execução o II PND, aprovado pelo Congresso em dezembro de 74, para os exercícios de 75 a 79, “voltado em grande parte para o desenvolvimento social”.

Em consonância com a legislação vigente, o II PND cuida de estabelecer nos campos econômico e social os objetivos básicos, a estratégia a adotar e os instrumentos gerais de ação do governo.

Nesse II PND, afirma-se que “na medida em que se consolidaram os resultados econômicos, passou o problema social a ocupar o primeiro plano das preocupações dos governos da Revolução”, especialmente objetivando à “melhoria de distribuição de renda”, e a adiantando que a Revolução não pretendia haver, já resolvido tais problemas sociais, o II PND ponderava, bem de acordo com a velha pregação da ESG: “o que a Revolução mostrou, essencialmente, foi que problemas como esses podem ser resolvidos, com planejamento e capacidade executiva, prevalecendo, sobre quaisquer outros critérios, o interesse nacional”.

Relacionamento do EMFA com a ESG: as diretrizes para o ano letivo: o curso de mobilização nacional: a seleção de candidatos

Anualmente o EMFA baixa diretrizes para a Escola Superior de Guerra, com a finalidade de estabelecer os elementos básicos necessários ao planejamento das atividades curriculares para o ano seguinte.

Dessas diretrizes para o corrente ano, quero destacar que a ESG deve ser um laboratório objetivo de idéias e de doutrina no que tange à segurança nacional no que se refere ao

desenvolvimento. Cabe-lhes receber, constatar e utilizar as informações necessárias aos seus estudos, fornecidas pelos órgãos credenciados da alta administração.

Em suas atividades de pesquisa, a ESG deverá:

- Prosseguir com os estudos visando ao aperfeiçoamento do método para o planejamento da política nacional, particularmente na área da segurança nacional.
- Prosseguir com estudos sobre informações nacionais, em consonância com a Escola Nacional de Informações, visando à sua utilização no planejamento e execução da política nacional, em particular na área de segurança nacional.
- Prosseguir nos estudos relacionados com o preparo e a execução da mobilização nacional, visando à formulação da sua doutrina.
- Prosseguir nos estudos da doutrina militar brasileira, objetivando sua consolidação e aperfeiçoamento, particularmente no que diz respeito ao emprego combinado e conjunto das Forças Armadas.
- Pesquisar os assuntos conjunturais, objetivando a visão da realidade da situação nacional e internacional, inclusive sua possível evolução, o levantamento da capacidade do poder nacional, a determinação de necessidades e óbices, tudo tendo em vista a formulação da política nacional e o estabelecimento de estratégias para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais, particularmente na área da segurança nacional.

Tais pesquisas devem ser conduzidas a nível dos órgãos de assessoria direta do Presidente da República, cabendo salientar que devem ser orientadas no sentido da estreita vinculação entre os processos da segurança e do desenvolvimento, ambos integrados nas suas áreas peculiares e entre si.

No intuito de recolher a experiência de seus estagiários nas respectivas áreas de atividades e de conhecimentos, produzir

subsídios para estudos e consultas, recolher dados e informações atualizadas e enriquecer o seu acervo didático-cultural. A ESG determinará, além da elaboração de relatórios de trabalhos coletivos, a elaboração de trabalhos individuais, que poderão ser sob a forma de monografias.

A ESG, como laboratório de idéias visando constante aperfeiçoamento e fortalecimento da segurança nacional, realizará trabalhos compreendendo, no seu contexto, temas de atualidade de do interesse do EMFA, e de outros órgãos de assessoria direta da Presidência da República. Esses temas deverão ser desenvolvidos nas conferências, palestras, viagens, monografias, nos estágios e trabalhos em grupo abrangendo o campo de estudo indispensável à obtenção das informações necessárias e ao fornecimento de subsídios aos órgãos da assessoria presidencial. Assim, por determinação do EMFA, a ESG deverá desenvolver, além dos temas de sua livre iniciativa mais os seguintes:

- O problema energético mundial, suas repercussões para o Brasil tanto no campo da segurança quanto no campo do desenvolvimento, soluções a curto, médio e longo prazos, considerando:
- O petróleo na atual crise mundial; perspectivas, levando-se em conta a nova política dos contratos de serviços com cláusulas de risco;
- O carvão e o xisto betuminoso; a carboquímica, perspectivas;
- A energia nuclear; acordos celebrados; perspectivas;
- Outras fontes de energia, suas possibilidades.
- O preparo da expressão militar do poder nacional, medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazos sob os aspectos operacional, logístico e de mobilização militares.
- Nova ordem mundial — aspectos econômicos — repercussão no Brasil — panorama econômico brasileiro. A política interna e externa do Brasil no campo econô-

- mico — repercussões da atuação e da importância das empresas multinacionais nessa política.
- Guerra psicológica no contexto atual da guerra revolucionária — repercussões no Brasil. Operações psicológicas — contra-informações.
 - A comunicação social no quadro da atual problemática brasileira — censura e liberdade de expressão — repercussões no desenvolvimento e na segurança nacionais.
 - Responsabilidades sociais do Estado quanto à educação, saúde e habitação, repercussões, particularmente nos campos psicossocial e econômico, dos problemas que se localizam nessas áreas.
 - Os partidos políticos brasileiros na atual conjuntura nacional. Papel dos partidos no aprimoramento das instituições, da cultura e do desenvolvimento político da Nação.

Dentre as atribuições dadas à ESG para o corrente ano está também a de tomar todas as medidas necessárias — desde as de ordem material até as de montagem dos currículos e preparo do corpo docente — para o funcionamento pleno, no ano vindouro, do curso de Mobilização Nacional. Aliás, esse curso já funcionou, como curso piloto, de 1957 a 1959. Em face da evolução da conjuntura nacional, sua criação foi novamente proposta ao Exmo. Sr. Presidente da República, devendo desenvolver-se, inicialmente nesta escola, como o foi o curso piloto.

A mobilização nacional, poderoso instrumento de que dispõe o governo em situações de emergência, abrange um conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, visando, compulsória e aceleradamente, transferir meios existentes e promover a produção oportuna de meios adicionais, para atender a graves situações ligadas à segurança nacional. É um recurso extremo que, envolvendo uma gama de medidas de acentuado vigor em todos os campos, interfere na estrutura sócio-

econômica e chega a modificar normas jurídico-administrativas tradicionais, quando assim o exigirem os superiores interesses da Nação.

Este conceito retrata a mobilização nacional na sua fase de execução. Mas, para que o Estado tenha condições de empreender esse conjunto de atividades, será necessário prepará-las desde os tempos normais, por meio de metucioso planejamento de ações específicas. Estas são consubstanciadas no entendimento do preparo da mobilização, o qual se realiza para abreviar e facilitar a fase de execução.

O Curso de Mobilização Nacional proposto terá como finalidade: habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria em órgãos que tenham atribuições no preparo da mobilização; colaborar na formulação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional; e realizar estudos sobre o preparo e execução da mobilização nacional e sobre o funcionamento de um sistema de mobilização.

O Curso de Mobilização Nacional terá, em síntese, importante papel na fundamentação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional, que possa ser mantida atualizada, viva e dinâmica, dentro dos mais altos interesses da segurança nacional.

A ESG funcionará no caso, como o verdadeiro laboratório que é, onde as idéias são postas em debate e, pouco a pouco, se aprofundam e se sedimentam. Quando o Curso de Mobilização Nacional tomar impulso próprio, tornar-se-á independente, como a importância de seu campo de atuação requer.

Não será a primeira vez que a escola assim procederá: já tivemos aqui o exemplo do Curso de Informações. Este, ao adquirir foros próprios pelo surgimento de uma mentalidade de informações, deu origem à Escola Nacional de Informações, que está funcionando com pleno êxito, com base na doutrina e na experiência adquiridas neste instituto de altos estudos.

Antes de concluir quero abordar mesmo que sumariamente, o critério seletivo dos candidatos à ESG. A seleção dos candidatos para a Escola Superior de Guerra desenvolveu-se du-

rante todo o ano de 1975 e o princípio de 1976. Esta seleção esteve a cargo da Divisão de Assessoramento e Controle (D3) do EMFA, que analisou, cuidadosamente, as qualificações de cerca de cento e cinquenta candidatos civis dos mais diferentes Estados da Federação.

Norteou a seleção, prioritariamente, a avaliação da experiência do candidato em seu ramo de atividade, do correto desempenho profissional, da sua atitude face ao interesse público. Não se descurou, também, dos títulos e densidade do *curriculum vitae* de cada candidato.

Mas o processo de seleção é muito mais complexo do que parece à primeira vista. Já dissemos que a ESG é um laboratório de idéias sobre segurança nacional. Buscou-se, então, formar um grupo homogêneo, com figuras altamente responsáveis e representativas das diversas áreas de atividade e das mais variadas regiões do País, que aqui viessem haurir os ensinamentos e a experiência que a ESG tem a dar no campo da segurança nacional; mas que, também, aqui pudessem deixar valiosa contribuição da notável e avultada bagagem de cada um, para o acervo cultural desta escola em benefício da evolução doutrinária deste instituto no campo da segurança. De modo que todos, escola e estagiários, saíssem enriquecidos deste mútuo convívio.

CONCLUSÕES

Estagiários da turma de 1976.

Estamos certos de que a ESG representará para todos vós um passo a mais na área do conhecimento humano e um grande estímulo, capaz de influenciar de forma altamente positiva, vosso espírito de brasilidade.

Depois de um intenso ano de trabalho, tereis bem sentido a realidade brasileira, por uma tomada de consciência, objetiva e pessoal, com todos os campos do poder. Tereis ouvido neste auditório personalidades ilustres da vida pública e

privada nacional, ministros de Estado, autoridades destacadas e conferencistas de alta projeção, que vieram ocupar esta tribuna, para aqui deixar seu depoimento esclarecido e autorizado sobre as realidades e potencialidades deste País. Tereis percorrido o Brasil em todas as direções, como que auscultando o coração da terra, para verificar suas energias vitais; e bem conhecereis o homem brasileiro que, por extraordinário milagre da colonização portuguesa, é o mesmo em todos os quadrantes da Pátria, característica marcante de nossa nacionalidade.

Tenho a certeza de que saireis desta casa empolgados com o que foi visto e ouvido, com a pujança deste País e com a arrancada extraordinária rumo ao futuro.

É irreversível nossa caminhada para o nível de grande potência, com a ordem e o desenvolvimento firmemente estabelecidos, com autoridade e responsabilidade, com liberdade e dignidade, com respeito à nossa índole e tradições.

Quero relembrar e destacar alguns índices das metas contidas no II PND (1975-1979):

Renda per capita: 1.000 dólares (correspondendo a 100% de aumento da década de 70); *Produto Interno Bruto (PIB)*: 138 bilhões de dólares (quando chegaremos à posição de 8.º mercado do mundo ocidental); *População*: 123 milhões (sendo 78 milhões na área urbana e 45 milhões na área rural); *Energias*: minimização da crise de combustíveis líquidos (petróleo e óleo diesel) com a aceleração da exploração das novas jazidas encontradas na plataforma continental; no campo da energia hidrelétrica, atingir uma potência instalada de 28 milhões de kilowatts, ou seja 51% de aumento; ingressar na área da energia do átomo;

Integração: com o desenvolvimento dos transportes, das comunicações, da educação, do saneamento básico e da habitação, a frente interna de ocupação produtiva deverá ser aumentada. Interligando-se as áreas do Nordeste, do Planalto Central e da Amazônia ao núcleo central;

Valorização do homem brasileiro: assegurar a oferta de um mínimo de 6.600.000 novos empregos, até o fim da década, ou seja 3,5% de crescimento de demanda por ano;

Ciência e Tecnologia: aperfeiçoar e avançar no campo da pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à segurança, com a aplicação de 5,3 bilhões de cruzeiros no setor em 1979, representando um aumento de 71% sobre 1974; ingressar na era da tecnologia nuclear.

Esses indicadores, verdadeiros degraus de uma escalada, terão de ser atingidos. Não os atingiremos apenas; cremos na superação desses níveis, tão logo a Nação nos faculte os meios e as oportunidades adequadas à sua concretização.

Vereis, em todos os rincões da Pátria por onde passardes, que neles se trabalha com devotamento e entusiasmo para a conquista dos objetivos que irão conduzir o País a seus gloriosos destinos.

Deixo, no entanto, à vossa meditação os graves problemas internacionais.

A propósito, gostaria de lembrar a diversidade da natureza das guerras, pois nelas também se pratica o mimetismo, modificando-se a sua natureza de acordo com a necessidade, como afirma Clausewitz. Quanto mais coincidirem a finalidade militar e os propósitos políticos, mais puramente militar e menos política parecerá a guerra; mas, quanto maior for a diferença entre o propósito político e a finalidade militar, mais política se irá tornando a guerra. Desta última espécie, meus senhores, são as guerras do tempo presente.

Mas, se nos pessimistas de sempre a hora atual não parece fácil, cumpre lembrar que na história da humanidade a hora nunca foi fácil, em momento algum. E que das próprias dificuldades, costumam surgir as soluções ideais que marcam definitivamente o destino das grandes nações. Felicidades em vossa caminhada.